

SAPO OU BREJO: AS GRADES COMO DIVISÓRIAS

Sionara Bodanese Wouters

RESUMO

Este artigo se propõe a contar um pouco da experiência vivida na condição de supervisora de estágio e coordenadora de projeto de extensão de um curso de Psicologia, sendo este último desenvolvido em Presídio Regional, em parceria com o curso de Direito. Objetivam-se algumas reflexões a respeito da prática psicológica relacionada ao sistema prisional e dos desafios impostos pelo fato de se constituir área de atuação segregada, principalmente em função da população carcerária atendida e do campo relativamente novo de trabalho do psicólogo.

Palavras-chave: sistema prisional; psicologia jurídica; prática psicológica

ABSTRACT

The following article propose to tell some of the experience lived by the internship supervisor and coordinator of extension project of the an University psychology course, developed at the Regional Prison with the Law course. Aim up some thoughts about the psychological practice related to the prison system and the challenges that are imposed by the fact of being a segregated area of work, especially in function of the prison population attended and the relatively new field of work for the psychologist.

Keywords: prison system; forensic psychology; psychological practice

Há quatro anos iniciamos o trabalho no Presídio, supervisionando estágio na área da Psicologia Jurídica vinculado ao Projeto de Extensão *Atendimento Psicológico aos Egressos do Presídio Regional*. Durante o primeiro ano contamos com a colaboração de duas estagiárias da última fase do curso de Psicologia que, após visitarmos as instalações físicas, acompanhadas pelo diretor da Instituição, montamos conjuntamente plano de ação baseado na possibilidade de escuta dos apenados, considerando-se principalmente as vivências antes e depois de encarcerados e os seus projetos futuros.

Estabelecemos essa prioridade de temas concordando com Chauí (1997, p. 340) quando aponta que “nossos sentimentos, nossas condutas, nossas ações e nossos comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos”. Ao recebermos influência direta dos costumes de nossa sociedade, somos educados para respeitarmos e multiplicarmos os valores estabelecidos como bons que passam a se constituir como deveres.

Aprendemos que extensão significa, grosso modo, uma forma de a universidade ir até a comunidade, e tivemos a oportunidade de executar o projeto em local que não foge da regra do cenário perverso do sistema penitenciário nacional, com dificuldades oriundas, dentre outros motivos, da superpopulação e do estado de solidão dos que lá se encontram. Nosso intuito com esse artigo vem no sentido de socializar a experiência vivenciada, passando por reflexões capazes de embasar outras práticas similares, seja no campo da Psicologia ou das áreas afins.

UMA VISÃO DA CRIMINALIDADE

O crime sempre fez parte do drama humano, contudo na sociedade chamada globalizada observou-se mudança qualitativa que o coloca em outro patamar, “(...) o da formação de uma rede internacional e informacional, sustentada por organizações capazes de afetar profundamente a economia e a política das nações e de pôr em risco os sistemas de segurança estabelecidos.” (Aranha e Martins, 2003, p.294)

Como parte do drama humano descrito acima e, desde os primórdios, como se refere Chauí (1997, p. 304) que o mal é visto como “pecado, isto é, a transgressão da lei divina que o primeiro homem e a primeira mulher praticaram”, ainda assim não é aceito socialmente, é discriminado porque não se constitui em força positiva do mesmo peso que o bem, ao contrário, é pura ausência do bem, considerado como fraqueza.

Os nossos tempos são marcados por uma nova modalidade de criminalidade global, não mais originada na miséria dos tempos em que, por exemplo, pessoas roubavam para saciar a fome. Na atualidade o crime é fruto do dinheiro e do progresso. Segundo Aranha e Martins (2003, p. 294) o “tráfico de drogas constitui o setor mais rentável, mas ele se conecta com outros, como o contrabando de armas e a necessária lavagem da altíssima soma de dinheiro de origem criminosa”.

Como dado indicativo das afirmações acima, 80% dos delitos cometidos pelos apenados do Presídio em questão correspondem ao tráfico de drogas, seguidos de roubo, em torno de 20%.

Conforme Cavalcanti (2008, p. 250) “no Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, os estabelecimentos penitenciários são frequentemente superlotados, com infraestrutura e segurança deficientes.” Dados estatísticos apontam que a população carcerária no Brasil atinge marca próxima a 419 mil presos e desta, mais da metade vive em condições de ócio, ou seja, sem desenvolver atividades laborais ou educacionais.

BREVES NOTÍCIAS DO BREJO

Segundo Barreto (2006, p. 586), “a diferença entre o mundo livre e o mundo prisional torna questionável a função da estrutura prisional, uma vez que os valores e a rotina do recluso no estabelecimento penitenciário são completamente diferentes dos da sociedade liberal.” E não temos dúvida, de que essa grande discrepância entre as duas realidades acaba por dificultar a reinserção do sujeito na sociedade. Como exemplo vivo da divisão apontada, cabe a fala de um apenado que nos marcou e acabou dando origem ao título do presente artigo, quando pronunciou: -“ Dona, é melhor a gente engolir um sapo lá fora do que depois um brejo aqui dentro!”

Referem-se Morris e Maisto (2004, p. 37) que os “aspectos intangíveis da cultura – as crenças, os valores, as tradições e as normas de comportamento compartilhadas por um povo em particular – oferecem uma importante contribuição à diversidade humana”. Vivemos em uma sociedade ampla e diversa na qual existem muitos subgrupos que estabelecem sua própria identidade cultural.

Encontramos vários subgrupos formados no presídio, não por livre escolha ou por identificação dos sujeitos envolvidos, mas por

critérios externos estabelecidos pelo funcionamento da própria Instituição. Como meio de tornar possível a convivência do grupo formado nesses moldes e tendo que garantir as mínimas condições de sobrevivência dentro do espaço reduzido e superlotado de cada ala ou de cada cela, começam a ser instaladas algumas normas, para além das regras já instituídas.

Chama-se a atenção para a definição de normas proposta por Spector (2002, p.312) quando diz que “são regras de comportamento informais aceitas pelos membros de um grupo (...) podem englobar desde o código de vestimenta e a forma de falar, até o empenho com que as pessoas trabalham”. No caso dos apenados é possível notar que em cada grupo logo emerge a figura de líderes, de acordo com suas características pessoais, os quais acabam desempenhando esse papel na informalidade, ou seja, não especificado por um organograma, mas surgido a partir da interação do grupo e suplantando os papéis formais.

Também é constatada, entre os apenados, a utilização de linguagem própria, instituída e disseminada pelo grupo, com a finalidade de os membros do grupo poderem se comunicar com alguma confidencialidade, embora os agentes penitenciários passem a se familiarizar com alguns de seus jargões por força da convivência diária.

Sternberg (2008, p.356) afirma que as “interações sociais influenciam as formas como a linguagem é usada e compreendida no discurso e na leitura”. Quando nos fazemos presentes em ambiente conhecido, nossas experiências são naturais, porém ao contarmos com outros lugares e com pessoas de outras culturas, passamos a notar as diferenças.

Aprendemos lá no Presídio, por exemplo, que “cagueta” é o indivíduo que faz denúncias, que quebra um pacto estabelecido pelo grupo e ainda que os “regalias” são detentos que conquistaram, das mais diversas formas, vantagens sobre os outros. Lembra-se que os “caguetas” por sua vez, correm o risco da punição por parte do coletivo, uma vez que a violação de normas gera pressão sobre os violadores, e por vezes necessitam inclusive serem afastados daquele meio para sua proteção (SPECTOR, 2002).

A ETAPA INICIAL

O passo inicial para o desenvolvimento do trabalho foi a elaboração e a aplicação de um questionário aos apenados e aos agentes penitenciários, como forma de aprofundar o conhecimento sobre a Instituição, em uma tentativa de se ir além do que já tínhamos observado *in loco* e também das nossas leituras prévias sobre o assunto. A partir das respostas pensávamos em chegar às especificidades e à identificação de nossa demanda, podendo inclusive traçar o perfil carcerário local. Com os agentes, objetivávamos a obtenção de informações adicionais e uma aproximação, pois nos chamava a atenção o fato de que a cada semana as estagiárias encontravam pessoas diferentes executando a função.

No momento da aplicação do questionário se instalou o primeiro desafio: como chegar até a população carcerária, pois havia dias em que os apenados recebiam visita, em outros as estagiárias os encontravam dormindo ou trabalhando, em outros ainda não dispunham de um agente sequer para acompanhá-las na entrada nas celas, pois esses últimos trabalhavam em número reduzido a cada turno. Sem contar a experiência de acompanharem momentos de revista geral, cujo procedimento mobiliza vários profissionais locais e que, por seu lado, acabou também por dificultá-las nesse trabalho.

Depois de mais de um mês às voltas com a aplicação do questionário e tendo sido distribuído pessoalmente a 650 apenados, para nossa frustração, foram recebidos 205 de volta correspondentes a apenas 30% de respostas. Quanto aos agentes penitenciários, o impacto foi bem mais negativo uma vez que a maioria deles não respondeu ou entregou bem depois do prazo estipulado. Assim tivemos que contar apenas com uma visão unilateral relativa aos apenados.

O questionário aplicado possuía teor simples, continha apenas três questões pontuais: principais dificuldades vivenciadas por eles; conhecimento que tinham a respeito do trabalho do psicólogo e sobre formas com as quais as estagiárias de Psicologia poderiam auxiliá-los.

Quanto à primeira pergunta sobre as dificuldades diárias obtivemos grande variabilidade de respostas, sendo que sua maior concentração recaiu na pouca assistência à saúde (13,3%) seguindo-se a falta de assistência jurídica (11,7%); alimentação, pátio e superlotação (8,4%); relação com familiares, desde a falta da visita, quanto à distância e conflitos com os mesmos (7,40%), entre outras variáveis menos significativas em termos dos percentuais estatísticos.

De modo geral, as respostas à primeira questão confirmaram o que já era esperado no âmbito de populações numerosas que vivem confinadas em espaços restritos, que são privadas de convívio social, de laços de afetividade e que passam a viver diariamente com diferenças individuais nas suas mais variadas manifestações.

Depois de ingressar na prisão, o sujeito torna-se figura anônima despojada de seus bens, afastado de sua família. Ele se torna servil, atemorizado pela falta de segurança que impera no interior das prisões e, ao ultrapassar os portões que antes os separavam da parte “livre” da sociedade, esse sujeito levará os reflexos dessas vivências nas celas (BARRETO, 2006).

Soma-se o fato de eles fazerem parte de uma verdadeira cena de alienação social, definida por Chauí (1997, p. 172) “na qual os humanos não se reconhecem como produtores das instituições sociopáticas e oscilam entre duas atitudes: ou aceitam passivamente tudo o que existe, por ter tido como natural, divino, ou racional, ou se rebelam individualmente, julgando que, por sua

própria vontade e inteligência podem mais do que a realidade que os condiciona. Nos dois casos, a sociedade é o “outro” (*alienus*), algo externo a nós, separado de nós, diferente de nós e com poder total ou nenhum poder sobre nós”.

Apontamos que dentro do ambiente carcerário, observa-se essas duas posições, deparamo-nos com aqueles desistentes entregues à situação encarada como a única possibilidade; e também aqueles que se utilizam da racionalidade e da força do grupo para ditar suas regras e até criar estratégias de fuga.

Cita Spector (2002, p. 319) que “normalmente, em grupos, o posicionamento da maioria pesa mais do que o da minoria, e a mudança quanto à decisão do grupo é em direção ao ponto de vista da maioria. Se a maioria dos membros toma uma decisão arriscada, a tendência é de que o grupo também tome uma decisão mais arriscada do que a média de seus indivíduos”.

No caso das respostas dadas, alguns aproveitaram o questionário para expor seus descontentamentos, suas carências tanto no que envolve as condições materiais quanto as afetivas.

Quanto à questão de conhecimento do trabalho do psicólogo, as respostas mais expressivas sinalizavam a atenção e o auxílio para com o sofrimento das pessoas (19,3%); o estudo e a compreensão da mente humana (15,5%) práticas de aconselhamento e orientação (13,7%); avaliação do preso para a volta ao convívio social (9,9%). Dentre estas respostas e outras com menor expressão, chamou nossa atenção o fato de que 13,0% apontaram não saber sobre a função do psicólogo.

Justifica-se que a Psicologia, enquanto ciência independente é relativamente nova, o que gera alguns desconhecimentos e, por vezes, ainda comparada a outras formas de saber na linha do misticismo (Bock, 1999). O número expressivo daqueles que não sabem sobre o fazer do psicólogo convida o profissional a divulgar mais o seu trabalho, a romper com alguns mitos que ainda rondam a prática psicológica.

Ao tratarmos da terceira questão, a qual procurava saber a melhor forma de ajuda por parte das estagiárias, a maioria das respostas apontou para a ideia de conversar com elas (17,6%); solicitar sua orientação (13,3%); fazer consulta (12,0%); receber sua atenção (10,3%), além de outras menos pertinentes.

A PRÁTICA PSICOLÓGICA

Com os dados coletados em mãos, as estagiárias escreveram uma carta com o propósito de fazer uma devolutiva aos envolvidos e agradecer a sua participação no processo, tendo sido distribuída cópia em todas as alas. Em paralelo, planejamos atividades para serem desenvolvidas na modalidade grupal, mais especificamente com a abordagem das dinâmicas de grupo por se tratar de grupos bastante homogêneos e pensando-se, assim, na possibilidade de atingir maior demanda de pessoas. Nesse momento, as estagiárias dispunham de sete horas semanais, cada uma, para trabalhar com uma população aproximada de oitocentas pessoas.

Ao adentrarem na ala feminina tiveram já sinalizada a recusa da modalidade grupal, tendo sido justificada pelo fato de que naquele espaço tudo é feito em conjunto, tudo é partilhado, inclusive as funções mais básicas do ser humano. Sendo assim solicitaram momentos de privacidade e, afinal de contas, as acadêmicas representavam um elo entre o mundo externo e o mundo atrás das grades, o mundo “do sapo e o outro, do brejo”. As respostas à última questão também apontavam para esse sentido, quando apareceu a expectativa de momentos de conversa, orientação, consulta e atenção.

Durante as primeiras passagens das estagiárias pelas alas apareceram pedidos dos mais inusitados, desde a possibilidade de trazerem roupas até a compra de esmalte para unhas, bem como a resposta a perguntas, tais como o “quanto estão pagando uma hora de pedreiro lá fora”. Obviamente que os pedidos não foram atendidos, mesmo tendo gerado nelas sentimentos de pena, e foram orientadas no sentido de que não poderiam adotar postura de paternalismo ou de assistencialismo, havendo profissionais específicos para esses casos. Além disso, com essas negativas, tornava-se mais demarcado qual o papel da Psicologia naquele espaço.

Diante de uma nova proposta, ou seja, da necessidade de momentos de individualidade, surgiram novos desafios: repensar a prática, estabelecer critérios para a seleção de quem seria escolhido dentro de um universo tão amplo, local para os atendimentos, dentre outros. Planejamos proceder aos atendimentos na modalidade individual, pois já não pensávamos em atender demanda quantitativa mas extrair maior qualidade, no aproveitamento do material humano, na tentativa de se conseguir surtir algum efeito e para muito além do incremento do conhecimento das estagiárias.

Recorremos ao diretor para pensar nos critérios e possíveis locais que poderiam ser utilizados com maior segurança e com fácil acesso aos sujeitos. Ouvimos, nesse momento, algumas falas no sentido de que as intervenções seriam mais interessantes se feitas no período noturno, justificadas pelo fato de que as crises de abstinência aconteciam naquele período, bem como as tentativas de fuga. A partir daí, consideramos pertinente rever a ideia de que no imaginário social, o psicólogo ainda é considerado profissional preparado para “apagar incêndios”. Fica mais em evidência esta faceta do que o envolvimento com práticas de prevenção. Também temos explícita a visão da Instituição a respeito do trabalho a ser desenvolvido pela Psicologia, como tentativa

de preencher uma lacuna que o próprio sistema penitenciário não consegue pelas mais diversas razões.

Volta-se à questão do pouco entendimento a respeito do fazer do psicólogo, onde Japiassu (1983, p. 24) comenta que “talvez fosse preferível falarmos, ao invés de ‘psicologia’, em ‘ciências psicológicas’ porque os adjetivos que acompanham o termo (...) podem especificar, ao mesmo tempo, tanto um domínio de pesquisa (...) um estilo metodológico (...) um campo de práticas sociais (...) quanto determinada escola de pensamento que chega a definir para seu próprio uso, tanto sua problemática quanto seus conceitos e instrumentos de pesquisa...”

Huss (2011, p. 39) chama a atenção para o fato de que a “confusão do público em geral é frequentemente o resultado da abundância em referências da mídia e cultura popular aos aspectos sensacionalistas da psicologia”. A discussão dentre os próprios profissionais quanto aos limites mais precisos dessa ciência continua e contribui para a manutenção da confusão instalada.

A partir do estabelecimento dos critérios para os atendimentos, viveu-se a “aventura” da busca pelo espaço físico que nos garantisse pelo menos condições de sigilo e de segurança. No primeiro contato realizado nos foi apresentada uma pequena sala, utilizada também pela enfermeira, ao lado dos consultórios médico e odontológico, e também foi disponibilizado o refeitório para as atividades grupais, os quais consideramos adequados dentro das possibilidades da Instituição e nos levou a reconhecer a abertura dada pelo diretor e pelo chefe de segurança.

Porém, depois de algumas semanas, novo impasse com a substituição do diretor, e lá se foi o espaço destinado. O refeitório não chegou a ser utilizado diante do abandono da hipótese das atividades grupais, mas a sala da enfermagem já não poderia ser usada. Voltamos ao ponto zero iniciando as gestões com o novo diretor.

Passamos a usar uma sala onde ficava um arquivo que precisava ser constantemente consultado pelos agentes, ou seja, nossa garantia de sigilo aos sujeitos já ficava comprometida, com interrupções frequentes e necessárias. Novas negociações havidas resultaram na concessão da utilização do parlatório, espaço destinado para os encontros dos advogados com seus clientes encarcerados, o que também durou pouco, pois horários começaram a se chocar e, como os advogados haviam colaborado na construção do espaço, tinham direito adquirido. A opção diante dessa objeção foi utilizar sala bastante isolada, que para seu acesso era necessário passar pela área do presídio em que ficam as celas de maior segurança e que abrigam os apenados de maior periculosidade.

Para se ter uma ideia, durante o primeiro semestre foram atendidas vinte pessoas, sendo oito do sexo masculino e doze do sexo feminino. Embora a maior parte dos apenados seja composta por homens, as mulheres pareceram mais dispostas a ser ouvidas pelas estagiárias. Huss (2011, p. 55) afirma que embora “a maioria dos infratores seja homens, as pesquisas revelaram que as mulheres infratoras apresentam uma variedade de necessidades em saúde mental”.

Os sujeitos chegaram para atendimento, na grande maioria, por vontade própria (correspondentes a doze casos); depois houve encaminhamento por parte do diretor, dos agentes, do chefe de segurança, de um advogado e da esposa de um apenado. Nesse início de prática a orientação que passamos às estagiárias foi a de que ambas realizassem os primeiros atendimentos juntas, como forma de apoio e de segurança física, embora parte considerável dos atendidos viesse até elas algemados e conduzidos pelos agentes.

Nos casos referidos, as queixas que mais apareceram foram relativas às emoções primárias do medo e da tristeza, manifestadas por quadros de insônia, crises de choro, ansiedade e até por tentativa de suicídio. Morris e Maisto (2004, p. 407) chegam a apontar que as “pessoas que pensam em cometer suicídio estão muito desesperançadas. Consideram que as coisas não podem melhorar e não veem saída para suas dificuldades”.

Segundo Dvoskin e Spiers (apud Huss, 2011, p. 58) “há cinco estressores importantes que provavelmente causarão impacto no bem-estar psicológico do indivíduo (a saber, ruído externo, temperatura elevada, níveis elevados de medo, sujeira e superpopulação)”. Torna-se até dispensável comentar que uma prisão é um ambiente em que todos esses cinco fatores estão presentes em grande escala, e somando-se a eles as vivências de isolamento do convívio familiar, do rompimento dos laços afetivos, tornando a situação dos apenados ainda mais traumática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém lembrar que em junho de 2011 entrou em vigor a Resolução do Conselho Federal de Psicologia n. 012/2011, regulamentando a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional e pregando, no seu Artigo 1º, alínea d, que em “todas as práticas no âmbito do sistema prisional, o psicólogo deverá respeitar e promover (...) a construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais e uma participação maior dos sujeitos por meio de projetos interdisciplinares que tenham por objetivo o resgate da cidadania e a inserção na sociedade extramuros”.

Entendemos a partir da prática postulada anteriormente que o sistema prisional, no molde em que está posto na maioria das instituições penitenciárias, não tem como pretender a melhora da saúde psicológica dos seus atores. Nossas intervenções tomaram forma de acolhimento, de escuta, como se objetivou, mas longe ainda das práticas mais macro e eficientes no sentido da abrangência e da contribuição de outras esferas sociais.

A ciência psicológica até consegue fazer uma leitura da instância subjetiva dos sujeitos a respeito das vivências relativas à situação de aprisionamento, porém fica o desafio da instalação de projetos que envolvam práticas de mudanças efetivas, com a inclusão da sociedade como um todo, no sentido de conscientizar as pessoas da existência da dignidade humana e ao mesmo tempo de sua negação dentro dos espaços penitenciários. Simplesmente o sujeito apenado passa por uma morte do próprio eu, para a construção imposta de um eu coletivo.

Fica-nos a impressão de que o essencial passa pela reeducação e cura, uma vez que a pretensa correção por meio de procedimentos disciplinares ou das determinações judiciais não têm surtido o efeito desejável. A punição atribuída ao corpo, juntamente com os anseios da alma exposta à situação de reclusão, tem sido ilusória como possibilidade de reajustamento ao social, após a saída dos muros.

Podemos fechar, dessa forma, com as palavras de Fritzen (1995, p. 9) quando coloca que o “homem é essencialmente um SER para os demais, um SER em relação, que depende dos demais e está feito para os demais. Disto, em geral, as pessoas têm muito pouca consciência, mas é algo que não se adquire a não ser pela vivência”.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria L. de A. e MARTINS, Maria H. P. M. *Filosofando*; introdução à Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BARRETO, Mariana L. da S. *Depois das Grades*: uma reflexão da cultura prisional em indivíduos libertos. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília. V. 26, n. 4, p. 382-593, 2006.
- BOCK, Ana M.M. *Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CAVALCANTI, Emanuella M. T. Além da última fronteira do cárcere. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília. V. 1, n.21, p. 247-259, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 6ª.ed. São Paulo: Ática, 1997.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional. *Resolução CFP n. 012/2011*, Brasília, 25 de maio de 2011. Disponível em www.pol.org.
- FRITZEN, Silvino J. *Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo*. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HUSS, Matthew T. *Psicologia Forense*. Porto Alegre, Artmed, 2011.
- MORRIS, Charles G. e MAISTO, Albert A. *Introdução à Psicologia*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- SPECTOR, Paul. *Psicologia nas Organizações*. São Paulo: Saraiva, 2002.

Recebido em setembro de 2012

Aprovado em outubro de 2012

*Sionara Bodanese Wouters é psicóloga, mestre,
professora do Dep. de Psicologia da Universidade
Regional de Blumenau-FURB e coordenadora de
projeto de extensão na área dos direitos humanos,
sionara@furb.br*